

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Iago Nunes da Silva

**ALGUNS DOS EFEITOS POSSÍVEIS DA ASCENSÃO ECONÔMICA CHINESA
PARA O BRASIL E PARA A REGIÃO NORDESTE**

Uberlândia

2024

IAGO NUNES DA SILVA

**ALGUNS DOS EFEITOS POSSÍVEIS DA ASCENSÃO ECONÔMICA CHINESA
PARA O BRASIL E PARA A REGIÃO NORDESTE**

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Relações
Internacionais, da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito necessário à
obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais

Linha de pesquisa: Economia Política
Internacional

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

Uberlândia

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586a
2024 Silva, Iago Nunes da, 1995-
 Alguns dos efeitos possíveis da ascensão econômica chinesa para o
 Brasil e para a Região Nordeste [recurso eletrônico] / Iago Nunes da
 Silva. - 2024.

 Orientador: Niemeyer Almeida Filho.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
 Modo de acesso: Internet.
 Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5090>
 Inclui bibliografia.
 Inclui ilustrações.

 1. Relações Internacionais. I. Almeida Filho, Niemeyer, 1954-,
 (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
 graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

 André Carlos Francisco
 Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Relações Internacionais - PPGRi				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 85, PPGRi				
Data:	08 de abril de 2024	Hora de início:	20h30	Hora de encerramento:	21h30
Matrícula do Discente:	12212RIT006				
Nome do Discente:	Iago Nunes da Silva				
Título do Trabalho:	ALGUNS DOS EFEITOS POSSÍVEIS DA ASCENSÃO ECONÔMICA CHINESA PARA O BRASIL E PARA A REGIÃO NORDESTE				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Modernização chinesa e seus efeitos sobre a Economia Global: deslocamento produtivo para a Ásia e desdolarização				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Lucas Milanez de Lima Almeida PPGCPRI/UFPB; Filipe Almeida do Prado Mendonça PPGRi/UFU; Niemeyer Almeida Filho PPGRi/UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Niemeyer Almeida Filho PPGRi/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente fez a leitura dos pareceres circunstanciados, pela ordem sucessivamente, dos(as) examinadores(as). Ultimada a leitura, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, atribuiu-se o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Almeida do Prado Mendonça, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/04/2024, às 21:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Milanez de Lima Almeida, Usuário Externo**, em 09/04/2024, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Niemeyer Almeida Filho, Usuário Externo**, em 10/04/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5319844** e o código CRC **57D5E7AF**.

*Às minhas avós
guerreiras: Margarida e Íris; à
minha amada mãe, Iara; e a
todos os meus
antepassados.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Iara Ilario Nunes, por sempre ter apoiado minhas decisões e dado força para que eu continuasse estudando, mesmo com todas as dificuldades financeiras. Agradeço ao meu padrasto, José Eudes Alves Braga; e ao meu irmão, Iuri Domingos Nunes Braga, por sempre terem me dado força. Também devo agradecer aos meus antepassados, que venceram a fome, a pobreza e todos os desafios para que eu chegasse aqui e me tornasse o primeiro a concluir um mestrado na família. Que eu seja o primeiro de muitos que virão.

Sou grato aos Orixás e aos meus guias espirituais, que me guiaram espiritualmente e foram fundamentais nos momentos de desesperança, frustração e tristeza que passei, desde o início de minha graduação. Agradeço aos meus amigos, pelo companheirismo de sempre e por nunca terem deixado de me apoiar: Nicolas Cabral, Fabiana Cabral, Letícia Freitas, Luan Américo, João Pedro Gurgel, Giovanna Andrade, e tantos outros.

Além dos amigos e familiares, preciso agradecer, em especial, ao meu orientador Prof. Niemeyer Almeida Filho, que para além da universidade, sempre me orientou na vida e foi fundamental para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal nos últimos anos. Sem dúvidas, é uma das pessoas que me inspiram. Agradeço ao Prof. Filipe Mendonça, que também sempre me apoiou e esteve presente nos meus projetos acadêmicos e de extensão, desde a graduação. Além desses, agradeço a todos os docentes do Programa de Pós-Graduação do IERI.

*“Eu sou de uma terra que o povo
padece
Mas não esmorece e procura vencer.
Da terra querida, que a linda
cabocla
De riso na boca, zomba o sofrer.
Não nego meu sangue, não nego meu
nome
Olho para a fome e pergunto: o que há?
Eu sou brasileiro, filho do
Nordeste,
Sou cabra da Peste, sou do
Ceará.”*

(Patativa do Assaré)

RESUMO

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa que pretende compreender as condições históricas que moldaram a formação econômica nordestina. Contudo, a dissertação é apenas uma primeira aproximação para esta compreensão, pela complexidade do tema. O trabalho trata de possíveis efeitos de mudanças no fluxo comercial e de investimentos da economia brasileira provocados pela ascensão chinesa. A hipótese é que as mudanças favoreceram a dinâmica regional nordestina no período no presente século. Todavia, não há pretensão de comprovar esta hipótese no presente trabalho, de modo que a hipótese funciona como um elemento estruturante do trabalho. A análise histórica da formação do nordeste é importante para a caracterização das limitações estruturais desta região no contexto do desenvolvimento capitalista. Assume-se que é possível apenas um desenvolvimento relativo no âmbito nacional. As referências teóricas são as obras de Celso Furtado e Caio Prado Júnior. São analisados os dados macroeconômicos relacionados ao comércio e investimentos envolvendo as relações entre China e Brasil; e China e Nordeste. Apesar de recorrer a um período histórico mais amplo para compreender a estrutura econômica nordestina, o recorte temporal é o período que se estende de 2000 a 2022. Em primeira aproximação, a conclusão é que há favorecimento do nordeste em comparação a outras regiões do Brasil no período analisado. Os dados fundamentais de renda regional e individual, lucros e salários; expansão do emprego e da capacidade produtiva do Nordeste ficam reservados a uma pesquisa futura.

Palavras-Chave: desenvolvimento regional; nordeste brasileiro; China; dependência econômica; Brasil

ABSTRACT

This research seeks to understand the historical and social conditions that shaped the economic formation of the northeast and Brazil. The historical analysis of this formation is important for characterizing the structural limitations of this region in international capitalism, as well as its relations with other Brazilian regions located in a global economic periphery. Based on the theoretical explanation of dependence, based mainly on the works of Celso Furtado and Caio Prado Júnior, macroeconomic data related to trade and investments involving relations between China and Brazil and later the northeast and China will be analyzed. Despite using a broader historical period to understand the economic structure of the northeast, the time frame to be explored in more depth is the period that extends from 2000 to 2022. In a first approximation, the conclusion is that the northeast is favored in comparison to other regions of Brazil in the period analyzed. Fundamental data on regional and individual income, profits and wages; expansion of employment and productive capacity in the Northeast are reserved for future research.

Key-Words: regional development; Brazilian northeast; China; economic dependency; Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Balança Comercial Brasileira com China, EUA e União Europeia entre 2000-2022 (US\$ bilhões)	22
Gráfico 2 - Destino das exportações brasileiras em 2010	24
Gráfico 3 - Saldo da Balança Comercial com a China com base na Intensidade Tecnológica (US\$)	26
Gráfico 4 - Investimentos chineses no Brasil entre 2007 e 2020 (US\$ bilhões)	28
Gráfico 5 - Divisão por setores dos Investimentos chineses no Brasil (2007-2020)	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do saldo da Balança Comercial brasileira (2002-2010) (US\$ milhões).....	25
Tabela 2 - Participação dos estados nas exportações nordestinas entre 2000-2016 (%).....	33
Tabela 3 - Participação dos estados nordestinos nas importações regionais entre 2000-2016 (%)	33
Tabela 4 - Fluxos de exportação, importação e saldo comercial entre nordeste e países selecionados no período de 2008-2017 (US\$ milhões).....	34
Tabela 5 - Participação das regiões por exportação de produtos industrializados (%)	36
Tabela 6 - Investimentos chineses por regiões (2003-2011).....	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação relativa do PIB real do Nordeste no PIB real do Brasil e do Sudeste entre 1990 e 2020 (%)	20
Figura 2 - Dispersão geográfica das centrais chinesas no Brasil (2007-2020)	30

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. A DUPLA DEPENDÊNCIA DO NORDESTE: REGIONAL E INTERNACIONAL	14
2.1. O Subdesenvolvimento nordestino	16
3. A ASCENSÃO DO DRAGÃO CHINÊS PARA O ATLÂNTICO E A APROXIMAÇÃO COM O BRASIL.....	20
4. OS DESAFIOS E LIMITES NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A CHINA E O NORDESTE BRASILEIRO.....	32
5. CONCLUSÃO	40
6. REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

A região nordeste do Brasil é a segunda mais populosa, com aproximadamente 26% da população brasileira (IBGE, 2024). Nela iniciaram-se os primeiros ciclos econômicos de inserção mercantil nacional no comércio internacional. Ali se localizou a primeira capital (Salvador), emblema da importância histórica dessa região. Ademais, é lar de milhões de brasileiros e brasileiras que anseiam por melhores condições de vida, compatíveis com o que o país oferece na região sudeste.

Com a mudança da capital para o Rio de Janeiro, o fim do ciclo econômico da cana-de-açúcar e a concentração industrial que ocorreu no Brasil no século XIX, a região nordeste passou a configurar no imaginário popular como “lar” de uma pobreza enraizada, fadada a condições estruturais deprimidas.

As raízes dessa pobreza e subdesenvolvimento não são característica exclusiva, mostrando-se em outras regiões do país e em bolsões das principais regiões do sul e sudeste. O subdesenvolvimento pode ser visto como uma condição histórica. O subdesenvolvimento não é um conceito precisamente definido. Neste trabalho, estamos nos referindo a uma definição que nasce da abordagem cepalina do desenvolvimento, e tem em Celso Furtado uma referência de alguém que levou a abordagem um pouco mais adiante. Para ele, o subdesenvolvimento tem raízes econômicas na constituição da economia global, hierarquizada, com países que lideram os padrões produtivos e de consumo em escala global. Portanto, o subdesenvolvimento alcança a dimensão cultural.

Neste sistema, a América Latina, e o Brasil, têm inserção periférica dependente. A região latino-americana e o Brasil se inserem nessa relação de centro e periferia. Os trabalhos principais que tomamos como referência são os de Celso Furtado (2005, 1981, 1974) e Caio Prado Júnior (1981), embora este último não seja cepalino.

É possível afirmar que no período do pós-guerra esse sistema global hierarquizado foi recorrentemente reproduzido. Isto não é contraditório com a constatação de que houve mobilidade na margem entre os dois grupos. Destaca-se aí o caso do Japão, país de referência no avanço tecnológico e inequivocamente parte daqueles países que lideram o sistema global.

Por outro lado, no presente século, é marcante a ascensão da economia chinesa, especialmente no que diz respeito à produção industrial e ao comércio internacional. Há igualmente ascensão geopolítica.

Neste trabalho, daremos destaque a dimensão econômica da ascensão chinesa, sobretudo quanto ao comércio internacional. Faremos referência aos investimentos externos chineses destinados ao Brasil, ainda que os dados não sejam suficientes para dimensionar os efeitos sobre a economia brasileira.

De acordo com dados da CEPAL (2023), a China ultrapassou os EUA como principal parceiro comercial de quase todos os países da América Latina, incluindo o Brasil. Esta liderança não é apenas de troca de parceiros, assumindo a China o lugar dos EUA, mas também uma mudança do tipo de interesse que o país demonstra em relação ao potencial produtivo e a natureza dos produtos e riquezas que são buscados. Há ainda impacto regional diferenciado, justamente por essa natureza distinta dos interesses da China.

A região nordeste passou a atrair o interesse comercial e de investimentos chineses na medida em que o gigante asiático expandiu sua influência econômica e política como estratégia nacional, fundamentalmente a partir do projeto lançado em 2000 - *Go Global* -, orientando as empresas chinesas a internacionalizar seus investimentos como forma de suprir as demandas energéticas e de mercado chinesas, portanto, encarando os países da América Latina como produtores de insumos para a indústria chinesa, suas demandas energéticas e alimentares.

Esta mudança no eixo do comércio internacional brasileiro e nordestino foi fundamental para a manutenção dos fluxos comerciais após a crise de Subprime em 2008 e a redução da demanda europeia e americana. Este impulso comercial, acabou por aprofundar os laços diplomáticos e comerciais entre os países e trouxe mudanças importantes para a economia brasileira e nordestina.

Para compreender melhor os impactos no Brasil e em especial no nordeste desse aprofundamento comercial e de investimentos envolvendo a China, esta pesquisa se debruçou nos fluxos comerciais e de investimentos, no período de 2000 a 2022. A hipótese que utilizamos para realizar a pesquisa é que a mudança da parceria comercial principal dos EUA para a China beneficiou relativamente a região nordeste em comparação a outras regiões brasileiras. Não pretendemos comprovar esta hipótese, pois isto demandaria um conjunto de dados empíricos que não foram reunidos neste trabalho, apenas fazer uma primeira aproximação aos elementos

fundamentais que poderiam comprovar esse efeito relativo maior para a região nordeste.

As fontes da pesquisa são secundárias, principalmente as dos bancos de dados do Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do Conselho Empresarial Brasil-China. Desta forma, o objetivo primordial deste trabalho é a análise qualitativa dos fluxos comerciais e de investimentos chineses no Brasil, com destaque para a região nordeste, à luz do pensamento furtadiano de subdesenvolvimento.

O trabalho está organizado em três seções. A primeira faz uma contextualização histórica do subdesenvolvimento econômico nordestino, mostrando, ainda que parcialmente, o seu caráter dependente. A segunda seção, identifica alguns dos interesses chineses no Brasil, buscando qualificar o papel do “efeito china” nos setores produtivos nacionais. Finalmente, a seção 3 analisa o caso nordestino no aprofundamento das relações econômicas com a China entre 2000 e 2022.

2. A DUPLA DEPENDÊNCIA DO NORDESTE: REGIONAL E INTERNACIONAL

Uma das características marcantes da região nordeste do Brasil é a sua condição de dupla dependência. Esta dupla dependência está descrita na obra de alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o desenvolvimento brasileiro, dos quais se destaca Celso Furtado. É a partir de sua contribuição que será feita uma breve contextualização histórica sobre a formação social e econômica nordestina sob a lente teórica do subdesenvolvimento. Denominar o nordeste brasileiro de uma formação social é uma “licença teórica”, apenas possível em países como o Brasil de dimensões continentais. Na realidade, a sociedade brasileira é fruto de desenvolvimento histórico que unificou o território em bases capitalistas, numa transição aproximada de 90 anos (Almeida Filho, 2021). Contudo, há especificidades regionais que se situam tanto na dimensão cultural quanto na dimensão econômica de disponibilidade de recursos produtivos. Portanto, é importante estabelecer as raízes estruturais desta condição para que possamos analisar o presente e projetar o futuro.

Celso Furtado (2005) é um dos economistas mais importantes da história contemporânea brasileira e um paraibano orgulhoso de suas raízes, para as quais dedicou parte importante de sua produção teórico-histórica. O esforço foi o de contribuir para a compreensão do caráter dependente das relações econômicas na qual se insere o Brasil e a América Latina.

Como nordestino, Furtado buscou identificar esta relação também com as especificidades regionais e desafios próprios, para que fosse possível pensar em desenvolvimento genuinamente nacional. Ainda que o argumento sobre esta possibilidade se desenvolva num nível de abstração em que ações individuais não sejam apreendidas, é possível atribuir a ele uma importante participação científica e política para que as políticas regionais se estabelecessem no Brasil. Sua percepção é de um olhar atento sobre as diversidades regionais

Para entender as raízes históricas e estruturas criadas na formação nordestina, outro autor de suma importância é Caio Prado Júnior (1981), que identifica a importância dos ciclos econômicos na formação social e econômica do Brasil, resguardando também suas próprias especificidades. Para ele, o ciclo do açúcar (em seu auge e declínio) foi determinante para se compreender as estruturas produtivas e sociais da sociedade nordestina, caracterizada pela inserção mercantil de produtos primários no comércio internacional, concentração latifundiária e mão de obra escravizada.

É importante ressaltar que após a tardia abolição da escravidão no Brasil, essas populações continuaram marginalizadas e sem acesso a empregos, renda e autodeterminação, mesmo no escopo das relações sociais capitalistas que ali se estabeleceram. Para o nordeste, o processo de transição ao capitalismo significou um deslocamento da atividade econômica principal para o centro político do país, no centro-sul, particularmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Assim, estabeleceu-se um profundo atraso econômico que apenas se intensificou e gerou grandes ondas migratórias para outras regiões em busca de oportunidades de sobrevivência.

Em contraste com o cenário nordestino, Furtado (2005) mostra a importância da ocupação da região sudeste (em especial, São Paulo) com mão de obra assalariada, maior geração de renda e menos latifúndios, que associado à maior presença estatal, após a transferência da capital federal para o Rio de Janeiro, possibilitou maior diversificação econômica e industrial.

2.1. O Subdesenvolvimento nordestino

Ao tratar de subdesenvolvimento, estamos nos referindo a uma estrutura que é parte de uma condição histórica, constituída desde a inserção dessas economias no capitalismo internacional. Esta perspectiva está no cerne dos estudos de Celso Furtado (1968*), que ressaltam a natureza histórica e social por detrás da formação dos países latino-americanos, e, portanto, com alcance na região nordeste do Brasil. Apesar das suas especificidades, não se pretende separar a condição estrutural na qual o nordeste brasileiro está inserido do restante do país.

Furtado foi essencial para a construção de um pensamento crítico do desenvolvimento brasileiro que avalia as variáveis regionais dentro da estrutura dependente nacional. O pesquisador foi fortemente ligado aos estudos formulados pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) nos anos 1950, estabelecida em 1948 pela Organização das Nações Unidas. Esses estudos foram feitos sob liderança do argentino Raúl Prebisch (Santos, 1998), buscando analisar as limitações econômicas da inserção da América Latina no capitalismo mundial. A tese central da CEPAL é que a América Latina não poderia vencer o subdesenvolvimento sem que sua inserção internacional fosse mudada. Esta inserção era basicamente de uma região fornecedora de matérias-primas para a elaboração de produtos industriais.

Para Furtado, as condições históricas e sociais que ocorreram no denominado centro do capitalismo, não poderiam se repetir na periferia. Por isto, ao tratar de desenvolvimento na periferia, estaríamos fadados a tratar de uma espécie de desenvolvimento dependente e limitado (Furtado, 1968).

As relações entre Centro e Periferia eram caracterizadas por uma dependência externa, engendrando deterioração dos termos de troca. Ao Centro caberia a exportação de bens com maior valor agregado, processos avançados de industrialização e produção tecnológica, enquanto à periferia caberia a produção de bens primários com baixo valor agregado, pouca produção tecnológica endógena e alta concentração de renda (Ávila; Almeida Filho, 2023,).

A inserção brasileira forjou-se inicialmente, no Nordeste, razão pela qual há um traço distintivo na formação socioeconômica desta região. Caio Prado Júnior, em *A Formação Econômica do Brasil* (1981), descreve o processo de ocupação do nordeste, mostrando que ele é fortemente marcado pelo ciclo econômico do açúcar,

ajudando a desenhar geográfica, cultural e economicamente, mediante relações mercantis formadas para suprimento do mercado internacional.

A mão de obra utilizada em larga escala foi a compulsória, seja das populações originárias ou trazidas do continente africano. Este ciclo econômico favoreceu a acumulação de terras produtivas em latifúndios no litoral e no interior, voltados à principal fonte energética da época: a criação de gado para tração animal. Este cenário ajuda a compreender a dificuldade estrutural de se conseguir formar um mercado interno na região, que mesmo após a abolição da escravidão em 1888, permaneceu à margem da sociedade nacional hegemônica, constituída em maioria por pessoas sem acesso a educação, serviços públicos e mantendo uma relação servil com as elites locais latifundiárias (Hortêncio; Milani, 2018).

Com a concorrência internacional do setor açucareiro, as graves secas que acometiam a região e a pobreza enraizada associada à falta de empregos, a região passou a estabelecer uma relação de dependência econômica interna com o sudeste do país, onde as ondas migratórias iam em grandes caravanas buscando oportunidades, ao tempo em que a indústria açucareira passou a depender do consumo sudestino (Silva, 2021).

Furtado (2005) percebe que os processos de desenvolvimento dependente dentro das periferias ocasionaram o agravamento das tensões sociais já existentes naquela sociedade. No caso brasileiro, a concentração industrial que ocorreu em São Paulo e no sudeste do país agravou a situação econômica da região. Diniz e Crocco (1996, p.83) afirmam que a concentração industrial brasileira está localizada entre Belo Horizonte, capital mineira, e Porto Alegre, capital gaúcha.

Desta forma, o desenvolvimento dentro da periferia possuía características próprias e prejudiciais com relação ao centro. O mesmo paralelo pode ser feito com a relação que se estabelece ao nordeste brasileiro com relação às demais regiões ao sul, devido a própria natureza limitada e dependente em que a economia brasileira está inserida. Assim, para Furtado (1974, p.71): “é mais importante o fosso que a atual orientação do desenvolvimento cria dentro dos países periféricos do que o outro fosso que existe entre estes e o centro do sistema”.

Celso Furtado foi pioneiro em caracterizar essas relações regionais internas da estrutura econômica brasileira e a formular políticas que visassem mitigar estas desigualdades econômicas que refletiam no social. O ponto auge desta atuação política e econômica de Furtado se deu no período em que participou do Grupo de

Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado por Juscelino Kubitschek, em 1956, e, posteriormente, liderando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. Infelizmente, com o golpe militar instaurado no Brasil em 1964, Furtado foi exilado e a SUDENE esvaziada (Hortencio; Milani, 2018).

Naquele momento, o setor industrial era visto por esta corrente de pensamento como importante para o processo de aumento de renda da população e espraiamento de ganhos econômicos através da criação de mais empregos. Entendia-se que a medida em que a economia e o progresso tecnológico iam-se expandindo, iam-se transbordando em melhorias sociais, afinal este foi o processo ocorrido no centro desenvolvido. Porém, Furtado manteve olhar crítico aos moldes em que era orientado esse processo de industrialização por meio da substituição de importações. Este processo não resultaria em um desenvolvimento aos moldes do centro, pelo contrário, aprofundou a dependência da periferia e agravaria os gargalos produtivos internos (Ávila; Almeida Filho, 2023).

Isso posto, as correntes de comércio e de investimentos se tornam fundamentais para caracterizar e compreender esse processo de dependência na qual a economia nordestina e brasileira está inserida. Estas relações vêm passando por mudanças de eixo nos últimos anos, especialmente com a ascensão econômica chinesa.

Há questões a serem enfrentadas a respeito do grau de autonomia que a economia brasileira e nordestina apresenta para mitigar as relações históricas de dependência. O Brasil mantém-se na periferia do capitalismo global, de modo que alterações que venham a ocorrer nos fluxos internacionais de comércio e de investimentos têm pouca possibilidade de afetar elementos estruturais historicamente constituídos. Pelo contrário, esta posição de dependência pode se agravar.

“Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço na ciência, para concentrá-las em objetos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.” (Furtado, 1974, p.75).

O crescimento econômico que se viu no Brasil no chamado “milagre econômico” e a partir dos anos 2000, com a ascensão chinesa, pode ter representado uma importante ferramenta para saúde cambial e monetária do país, mas não significa o real desenvolvimento das forças produtivas. Assim, as economias subdesenvolvidas preservam dualidade estrutural, a convivência do moderno com as estruturas arcaicas (Ávila; Almeida Filho, 2023, p.7).

Desta maneira, assim como o simples avanço das exportações não caracteriza alteração estrutural, o avanço dos investimentos sozinhos “não irá modificar estruturalmente a economia por ser dual” (Ibid., p.8). Desta forma, ao observar o avanço dos investimentos chineses na região nordeste e o comércio bilateral, é preciso ter claro os interesses que guiam o apetite chinês no Brasil e no nordeste brasileiro.

O interesse chinês no país precisa ser analisado com cuidado, mas não deve ser rejeitado por questões pragmáticas. Por isso, não há dúvidas de que a estagnação comercial na qual a região nordestina vinha sofrendo desde o fim do ciclo da cana-de-açúcar foi beneficiado com grandes superávits a partir da aproximação chinesa, assim como a região passou a ser destino de importantes investimentos que possuem alguma potência de geração de empregos industriais (apesar de não ter capacidade de alteração estrutural).

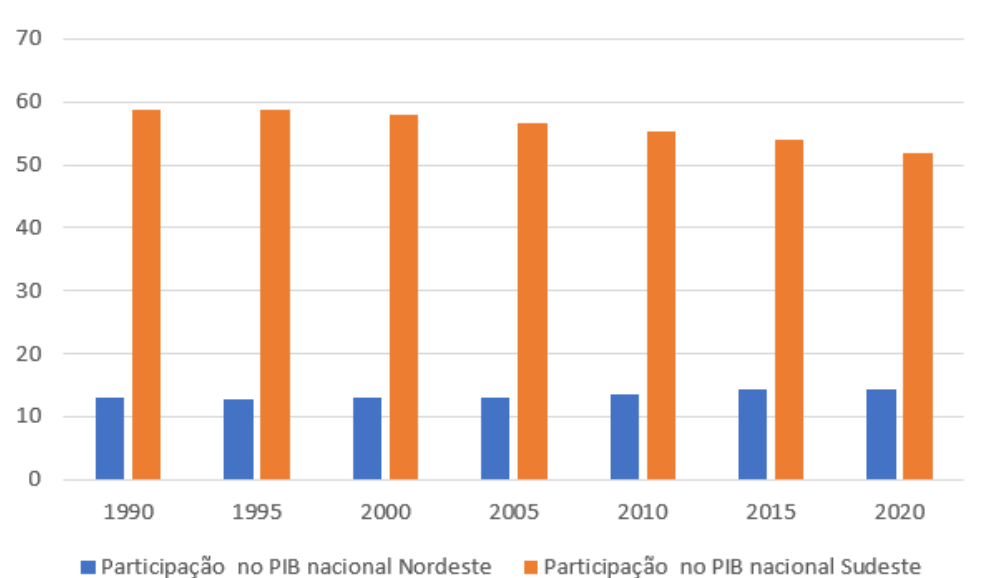
Hortencio e Milani (2018) indicam que apesar das tentativas de induzir uma industrialização no Nordeste e atração de investimentos, estes esforços acabaram sendo centralizados no litoral da região e pouco influenciou na participação regional na construção do PIB nacional. Segundo os autores,

Cidades como, Recife, Fortaleza e Salvador, agora possuíam um parque industrial significativo. Porém essa indústria não era totalmente nordestina, como sonhara Furtado, as políticas governamentais integraram essas áreas a economias maiores, tanto nacionais - tornando-as filiais do Sudeste e Sul - , como internacionais.

Portanto, apesar da melhoria comercial e de atração de investimentos para a região nas últimas décadas, pouco se alterou o papel secundário que a região possui na formação bruta da produção nacional. Com a ascensão chinesa, supõe-se que este fôlego poderá trazer mais produtividade para a região, o que será tratado nas seções que se seguem, mas já é possível afirmar que a estrutura dependente

persiste devido às suas condições históricas e a região, mesmo sendo a segunda mais populosa, continua à margem da produção nacional.

Figura 1 - Participação relativa do PIB real do Nordeste no PIB real do Brasil e do Sudeste entre 1990 e 2020 (%)



Fonte: Sistema de contas nacionais, IBGE. Elaboração própria.

Como é possível avaliar na Figura 1, o nordeste brasileiro permanece como pouco participante da produção nacional, mesmo sendo a segunda maior população do país. Este cenário é agravado pelas condições históricas e estruturais impostas à região, como demonstrado nesta seção.

Apesar da visão furtadiana identificar o Estado como potencial responsável por coordenar os fluxos de investimento, visando a superação do caráter periférico, esta pesquisa não irá aprofundar a análise sobre as políticas públicas (ou ausência delas). A intenção é apenas mostrar descritivamente o peso das mudanças nos fluxos de comércio e investimentos.

3. A ASCENSÃO DO DRAGÃO CHINÊS PARA O ATLÂNTICO E A APROXIMAÇÃO COM O BRASIL

O Brasil passou por uma inédita e forte aproximação econômica e diplomática com a China a partir da virada do século XXI. Esta aproximação gera profundos

debates sobre a natureza dos interesses por detrás dos volumosos investimentos chineses no país e sobre seu apetite comercial por produtos primários brasileiros. Nesta seção, serão caracterizadas as aproximações econômicas e diplomáticas entre a República Popular da China e o Brasil, buscando identificar os interesses chineses no crescente fluxo comercial bilateral.

As relações diplomáticas envolvendo ambos os países remontam à década de 1970, após a política externa brasileira seguir os caminhos americanos de reconhecer Pequim como representante oficial da China nas Nações Unidas, em detrimento do governo de Taiwan. Apesar disso, essas relações se mantiveram limitadas pela bipolaridade geopolítica da época, até que a partir da década de 1990, e mais concretamente a partir de 2001, houve um aprofundamento do comércio bilateral e aporte de investimentos financeiros no Brasil (Oliveira, 2004).

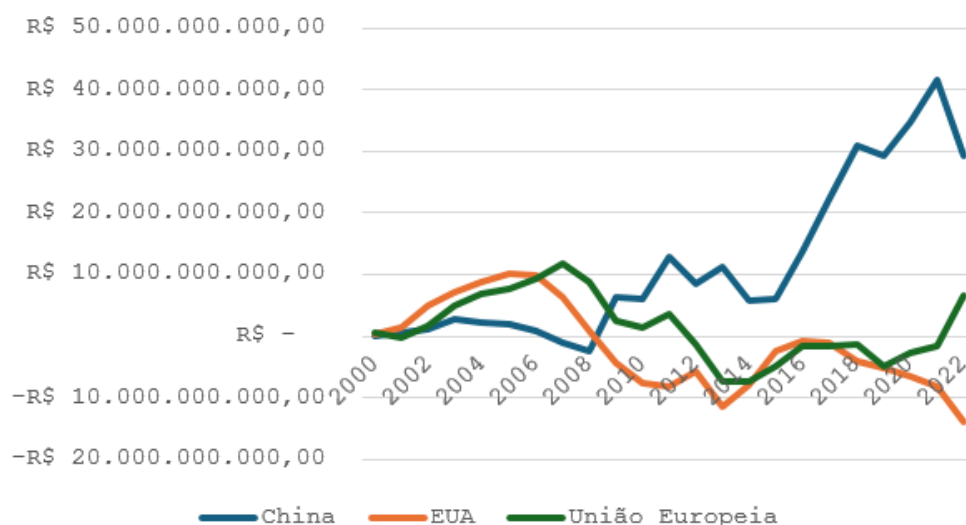
Um marco importante para o aprofundamento dessas relações econômicas foi o ingresso chinês na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Este movimento significou maior abertura comercial chinesa com o mundo, localizando na América Latina e no Brasil oportunidades para a expansão das suas exportações de produtos industrializados e fonte de insumos para sua crescente indústria (Silva, 2021).

No presente século, houve rápida ascensão da China como principal parceiro de quase todos os países da América Latina. Considerando a relativa estagnação da economia japonesa a partir dos anos 1990, a China assumiu ainda liderança regional. Por conta desses aspectos, a política comercial brasileira expandiu seus interesses com o país.

Isto pode ser evidenciado pelo volume total das exportações brasileiras para ambos os países asiáticos: no ano 2000, o Japão correspondeu a 4.5% enquanto a China apenas 3.5%; já em 2003, o Japão corresponde a 3.2% e a China 8.1% (Oliveira, 2004, p.23).

Além da proeminência que o mercado consumidor chinês ganha em relação aos seus vizinhos asiáticos, é perceptível que também os parceiros tradicionais brasileiros diminuem sua participação no comércio com o Brasil ou mantém-se em seus níveis. Em 2000, os Estados Unidos eram destino de 23.9% e a União Europeia correspondia a 26.8%; já em 2003 os Estados Unidos recuam para 23.1% e a União Europeia para 24.8% (Ibid., 22).

Gráfico 1 - Balança Comercial Brasileira com China, EUA e União Europeia entre 2000-2022 (US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Comex Stat

No Gráfico 1, vemos a disparidade obtida no saldo da balança comercial brasileira com a China em detrimento dos Estados Unidos e do bloco europeu a partir da crise de *Subprime* e que se prolongou deprimida desde então.

É perceptível a busca brasileira, dentro de uma lógica primário exportadora, por novos mercados para seus produtos primários. O que é importante ressaltar é que se inicia, naquele período, uma inflexão na atuação internacional brasileira buscando garantir seus interesses comerciais e atração de investimentos. Desde o primeiro ciclo econômico brasileiro, os principais destinos comerciais dos seus produtos foram países localizados no Atlântico Norte, de Portugal aos Estados Unidos. Esta relação comercial, caracterizada na seção anterior, sempre foi decisiva nas tomadas de decisões políticas brasileiras de alinhamento externo ou cooperação.

A aproximação entre a China e o Brasil ocorreu também mediante maior institucionalização das relações bilaterais através de mecanismos de cooperação técnica e cultural. Exemplos são a criação do Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre os países de língua portuguesa e a China, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), os BRICS (bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), dentre outros (Silva, 2023).

Melo (2013) ressalta que o crescente comércio envolvendo ambos os países foram fundamentais para o Brasil manter um bom nível de reservas internacionais e balança comercial positiva durante a crise do *Subprime*, que afetou com maior força os países do centro capitalista e tradicionais consumidores dos produtos brasileiros.

Por outro lado, a China vem sendo a maior beneficiária dessa relação bilateral, em especial durante a primeira década e período que ficou conhecido como “boom de commodities”, pois o gigante asiático elegeu o Brasil como um importante supridor de suas demandas por produtos primários e como uma importante ferramenta de aproximação geopoliticamente da América Latina, na intenção de afastar de vez as chances de Taiwan voltar a ser reconhecida como a “verdadeira” China (Silva, 2023).

A China, tendo seus interesses econômicos e geopolíticos fortemente alinhados e guiados pelo Estado, abriu ainda mais sua economia visando o seu acesso à produtos primários que garantam o funcionamento e crescimento de sua indústria, e criar mercado para comprar esses mesmos produtos manufaturados chineses.

Os planos lançados pelo governo chinês *Go West* e *Go Global* serviram de base para a abertura chinesa e expansão dos seus interesses econômicos pelo globo, visando maximizar os ganhos comerciais e dos investidores chineses. Ilhéu (2017) indica que o *Go West* foi uma política voltada à orientação dos investimentos externos chineses para regiões ocidentais desse país, buscando diminuir as desigualdades regionais da China. Esta política foi um dos alicerces da futura Nova Rota da Seda que foi lançada já na segunda década e busca integrar e dinamizar a economia do oeste chinês com países da Ásia central através de corredores econômicos (Silva, 2023).

O outro e mais importante de se atentar para esta pesquisa foi o *Go Global*, que incentivou suas grandes empresas e seus investidores a aproveitarem oportunidades em outros países, visando alcançar principalmente fontes de recursos energéticos essenciais e escassos na China (Ilhéu, 2017).

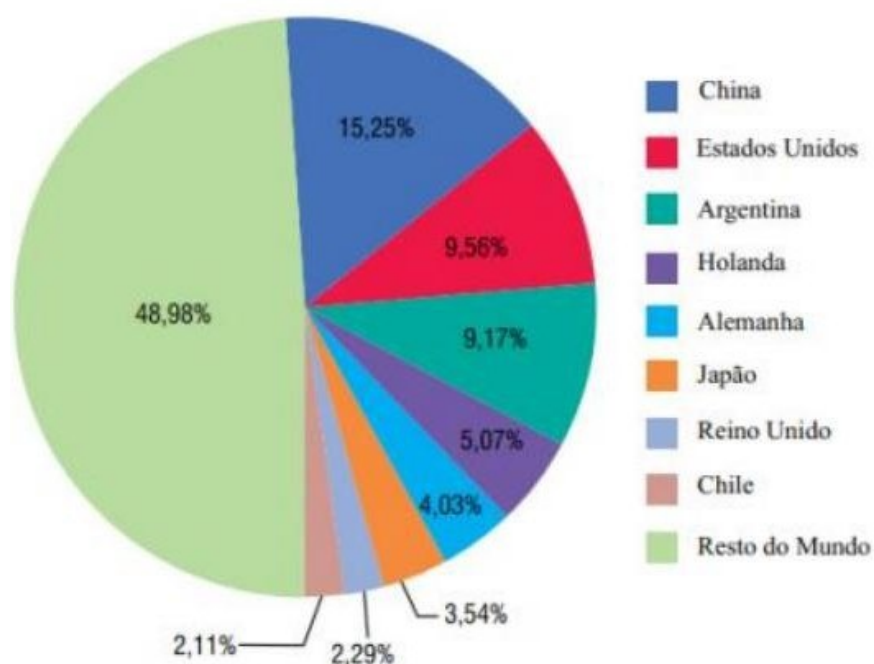
Araújo (2012, p.31-32) ressalta que em 2004 houve um informe do governo chinês destinado a reforçar a orientação dos investimentos internacionais nas seguintes áreas:

- (i) projetos de exploração de recursos, para mitigar a escassez doméstica de recursos naturais; (ii) projetos que promovam a exportação de tecnologias nacionais, produtos, equipamentos e de força de trabalho; (iii) centros de P

& D [pesquisa e desenvolvimento] no exterior visando à utilização de tecnologias avançadas a nível internacional, habilidades gerenciais e profissionais, e (iv) Fusões e aquisições que visem a aumentar a competitividade internacional das empresas chinesas e acelerar a sua entrada em mercados estrangeiros.

Desta forma, é possível assumir o forte interesse chinês não apenas em acessar a produção primária de países como o Brasil, mas também criar compradores regulares para os seus produtos manufaturados, sobretudo aqueles de maior conteúdo tecnológico. A primeira década dos anos 2000 foi majoritariamente focada na ampliação do comércio entre os países, quando o gigante chinês se tornou, em 2009, o primeiro destino das exportações brasileiras, deixando para trás os tradicionais parceiros comerciais do país. Os dados estão sintetizados no gráfico 2.

Gráfico 2 - Destino das exportações brasileiras em 2010



Fonte: Compilado por Melo (2013, pág. 456)

É importante ressaltar que enquanto os interesses chineses ficaram evidentes na definição de objetivos estratégicos para manter o crescimento de sua industrialização e desenvolvimento, o Brasil não foi capaz de diminuir sua dependência do comércio de produtos primários; ao contrário, houve aprofundamento desta dependência, como

está evidenciado no debate sobre a reprimarização da pauta de exportações. (Ibid., 2013)

Melo (2013, p.452) ressalta que o rápido crescimento da economia chinesa no século XXI, alcançando 10,3% em 2010, refletiu-se na valorização das commodities em todo mercado global, obtendo acréscimo anual de 9% do consumo destes produtos. Este forte crescimento, somado à crise de 2008, levaram a China a se tornar o principal destino exportador do Brasil e do mundo, partindo de um país em que há apenas uma década mostrava comércio tímido com relação a outros países. O Brasil, assim como diversos outros países do globo, aposta no consumo chinês para alavancar seu comércio e superávits.

Portanto, a China alcançou papel importante para a manutenção do superávit comercial brasileiro na primeira década dos anos 2000. A partir destas informações, é preciso avaliar dois aspectos importantes: 1- Pela primeira vez, os parceiros tradicionais europeus e americanos não são a sustentação principal do comércio brasileiro, e isso pode representar uma alteração não apenas geopolítica dos interesses nacionais, mas também uma maior diversificação de mercado; 2- Por outro lado, o crescimento do comércio bilateral se deu em detrimento das exportações de commodities, aprofundando o caráter dependente brasileiro dos produtos primários. Este perfil de relação comercial já foi evidenciado na seção 1 e pode representar um alerta de médio e longo prazo para a economia dependente brasileira.

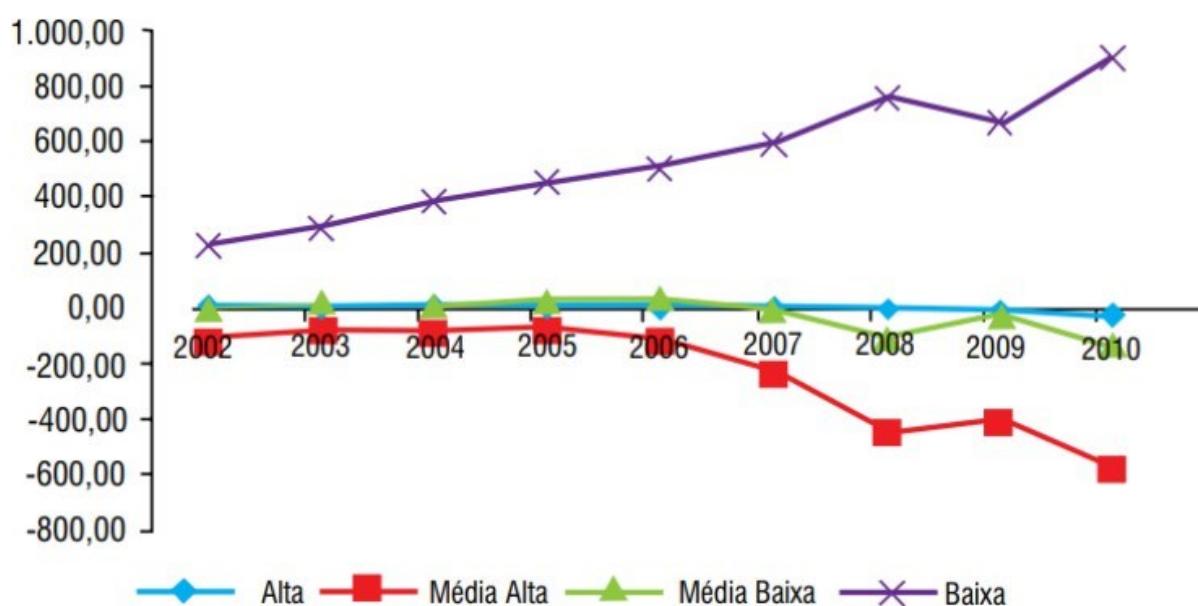
Tabela 1 - Evolução do saldo da Balança Comercial brasileira (2002-2010) (US\$ milhões)

Ano	Mundo			China			X China/ X Mundo (%)	M China/ M Mundo (%)
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo		
2002	60.439	47.243	13.196	2.521	1.554	967	4,17	3,29
2003	73.203	48.326	24.878	4.533	2.148	2.386	6,19	4,44
2004	96.678	62.836	33.842	5.442	3.710	1.731	5,63	5,91
2005	118.529	73.600	44.929	6.835	5.355	1.480	5,77	7,28
2006	137.807	91.351	46.457	8.402	7.990	412	6,10	8,75
2007	160.649	120.624	40.025	10.749	12.619	-1.870	6,69	10,46
2008	197.942	173.197	24.746	16.403	20.040	-3.637	8,29	11,57
2009	152.995	127.672	25.322	20.191	15.911	4.279	13,20	12,46
2010	201.915	181.649	20.267	30.786	25.593	5.193	15,25	14,09

Fonte: Melo (2011, p.455)

É possível verificar na Tabela 1 a alteração no destino do comércio exterior brasileiro, em uma concentração cada vez maior com o gigante asiático. No mesmo período, as exportações brasileiras de produtos primários com baixa intensidade tecnológica cresceram em comparação aos produtos de maior intensidade tecnológica. Este cenário se intensifica a partir da crise de 2008.

Gráfico 3 - Saldo da Balança Comercial com a China com base na Intensidade Tecnológica (US\$)



Fonte: Elaborado por Melo (2013, p.458)

O Gráfico 3 mostra que o aprofundamento comercial com a China vem sendo guiado pelo caráter primário-exportador da economia brasileira. Lima (2023, p.10) indica que este cenário continuou ganhando impulso na segunda década. A pauta exportadora brasileira ficou concentrada em quatro produtos: soja, minério de ferro e seus concentrados, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, e carne bovina. O consumo chinês das exportações brasileiras cresceu de 2,9% no ano de 1997 para 33,5% do total exportado pelo Brasil em 2020 (Ibid., p.8).

O volumoso saldo comercial brasileiro serviu para que houvesse uma percepção de melhora econômica, tendo em vista a volumosa entrada de moeda estrangeira. Porém, as importações brasileiras da China também cresceram

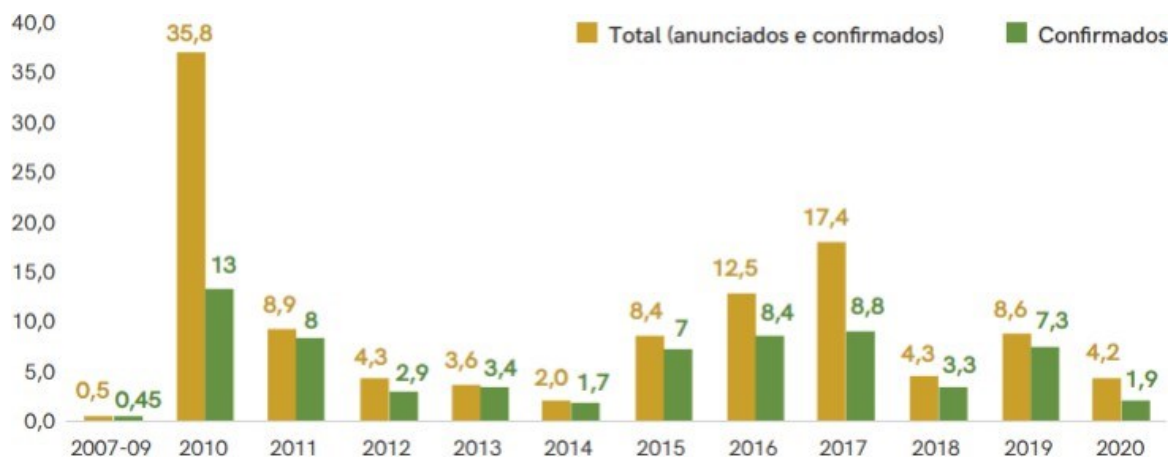
vertiginosamente, com destaque para produtos intensivos em tecnologia, reforçando a característica periférica da inserção comercial brasileira no capitalismo global.

Setores que antes possuíam algum grau de autonomia na produção de seus insumos, perderam espaço para os insumos chineses. Como ressalta Almeida, Pires e Leite (2022, p.115) ao caracterizar o processo de desindustrialização brasileira: “{...}a capacidade da indústria brasileira de dinamizar a economia local diminuiu, transformando o que era dinâmica interna em dinamização da economia chinesa”.

Ainda no que tange o comércio bilateral entre os dois países, fica evidente que houve não apenas uma maior especialização produtiva do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, como uma desarticulação do parque industrial já existente. Essa concentração do interesse comercial chinês em setores produtivos de baixo valor agregado brasileiro também está presente nos investimentos chineses no Brasil. Seguindo a política Go Global, que buscou orientar a internacionalização dos investimentos e empresas chinesas no início da década passada, os investimentos chineses no mundo foram pouco expressivos até o ano de 2004, quando cresceu exponencialmente. Segundo Araújo (2012, p. 26), o volume dos investimentos chineses no mundo saiu do patamar de US\$29,9 bilhões, em 2002, para alcançar US\$317,2 bilhões.

Ainda segundo Araújo (2012, p.37), com relação ao fluxo de investimentos chineses no mundo, a América Latina foi o segundo principal receptor de investimentos até 2010. O Brasil se tornou o principal destino destes investimentos, acumulando um total de US\$58 bilhões entre 2007 e 2018 e concentrando 49% de todo o investimento chinês na região (Garcia, 2013, p.153). Devido à forte concentração da planta industrial brasileira e por conta da sua importância econômica, apenas São Paulo foi responsável por receber 35% do total deste investimento neste período.

No estudo realizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) lançado em 2021, apesar do estreitamento econômico envolvendo ambos os países a partir dos anos 2000, foi em 2010 que os investimentos chineses ganharam grandes proporções, alcançando a marca histórica de 12 projetos confirmados no país, com um valor total de US\$ 13 bilhões (Cariello, 2021, p.19). Posteriormente, o capital chinês adotou mais cautela e controle das suas capitais pelo mundo, onde o Brasil não voltou a receber mais o mesmo volume de projetos. Essa redução fica clara no gráfico 4.

Gráfico 4 - Investimentos chineses no Brasil entre 2007 e 2020 (US\$ bilhões)

Fonte: Cariello (2021)

Quando se leva em consideração apenas os projetos confirmados, pode-se perceber que a euforia com uma participação chinesa em 2010 não foi concretizada. Com relação a caracterização setorial destes investimentos, a Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI) analisou o número total de projetos confirmados no Brasil durante a primeira década e ficou evidente a forte concentração no setor de Metais. Este setor apresenta 12 projetos, sob um valor total de US\$ 20.9 bilhões; o setor de Petróleo, Gás e Carvão recebeu apenas 3 projetos, porém com um valor de US\$ 10 bilhões. Todos os outros setores que receberam projetos de investimentos correspondem a menos de US\$2 bilhões (RENAI, 2011).

Esses projetos não foram necessariamente responsáveis pela criação de novas plantas fabris, pois ocorreram na forma de aquisições e fusões de produção já existentes no país, como foi o caso da compra de 40% da subsidiária brasileira da empresa espanhola Repsol. Outro exemplo foi a aquisição de 40% do campo petrolífero de Peregrino, até então pertencente à norueguesa Statoil (Silva, 2023, p.16-17). Nas duas primeiras décadas do presente século, as principais formas de ingresso do investimento chinês no Brasil foram na modalidade *greenfield*, seguido por fusões e aquisições. Segundo Cariello (2021, p.32.), entre 2007-2020, 48% dos investimentos chineses no Brasil foram na modalidade *greenfield*, 40% em fusões e aquisições, e 12% em joint venture.

Não obstante, a partir da segunda década, é perceptível maior diversificação setorial dos investimentos chineses no Brasil, alcançando principalmente o setor

elétrico, porém ainda com forte concentração no setor de extração petrolífera e mineral, como pode ser visto no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Divisão por setores dos Investimentos chineses no Brasil (2007-2020)



Fonte: Cariello (2021, p.23)

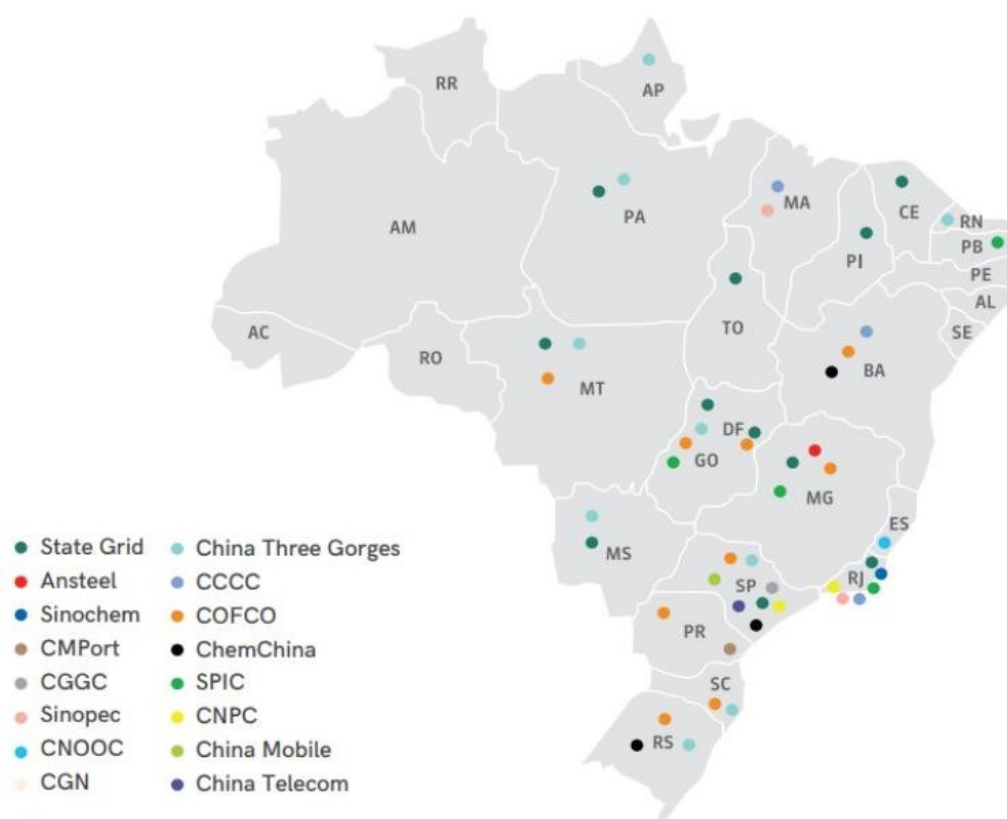
Além da concentração setorial evidenciada no gráfico 5, há concentração na natureza do capital. Ainda segundo Cariello (Ibid., p.33), 82% do estoque total do valor dos investimentos chineses no Brasil é de grandes estatais chinesas do ramo da eletricidade e extração de petróleo, dentre elas a State Grid, China Three Gorges, Sinopec, China Telecom, dentre outras.

Hiratuka e Sarti (2016, p.26) ressaltam algumas atividades de empresas brasileiras no mercado chinês, como é o caso da Embraer, Vale, Marcopolo, JBS, Sabó e Fras-le. A Vale, por exemplo, opera em joint venture em uma unidade de pelletização da Zhuahi YPM e possui participação de 25%. A Marcopolo abriu uma fábrica de componentes em território chinês. Já a Embraer, possui 51% da joint venture com a China Aviation Industry Corporation (Avic). Os autores ressaltam a dificuldade dessas empresas em se inserir no mercado chinês e a falta de coordenação com o Estado brasileiro, que ao contrário do chinês, não realiza planejamento para a internacionalização do capital nacional.

A coordenação dos ativos internacionais chineses se dá em linha com os objetivos políticos daquele país. Em levantamento feito pelo Conselho Empresarial Brasil, foi demonstrado que o investimento chinês no Brasil, principalmente no setor elétrico e de petróleo, está concentrado em 16 estatais, sendo elas: Ansteel Group,

China Communications Construction Company, ChemChina, China Energy Engineering Group, China General Nuclear, China Merchants Group, China Three Gorges, CNOOC, CNPC, COFCO, Sinochem, Sinopec, State Power Investment Corporation, State Grid, China Mobile e China Telecom (Coriello, 2021, p. 33).

Figura 2 - Dispersão geográfica das centrais chinesas no Brasil (2007-2020)



Fonte: Cariello (2021, p. 34)

Na Figura 1, verifica-se a concentração existente no polígono industrial brasileiro que envolve as regiões centro-sul do país, como assinalado por Diniz e Crocco (1996) e mostrado na primeira seção deste trabalho. Dentre todo o período de 2007 a 2020, apenas 7 projetos foram consolidados por essas empresas em território nordestino, sendo que Pernambuco, Alagoas e Sergipe não contabilizam nenhum projeto. Essa concentração pode ser explicada pela concentração desses investimentos em setores primário-exportadores, para os quais estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás têm vantagens relativas. De acordo com esse mesmo levantamento, os projetos alocados no nordeste brasileiro estão relacionados à produção energética, em especial eólica e solar.

Ao contrário da corrente do comércio, onde o Brasil está superavitário com relação à China, quanto ao fluxo de investimentos ocorre o contrário, pois não há capital brasileiro acessando o gigante mercado chinês. A entrada das empresas chinesas sem concorrência interna acabou por aumentar consideravelmente as importações de produtos manufaturados daquele país, gerando enfraquecimento da indústria brasileira.

Como foi demonstrado por Hiratuka e Sarti (2016, p.96), “enquanto o Brasil tem uma política bastante liberal, com pouca orientação estratégica sobre investimentos estrangeiros, a China busca maximizar os benefícios locais provenientes dos investimentos estrangeiros, com forte exigência de contrapartidas”.

Conclui-se que a via do comércio acabou por intensificar a dependência da pauta exportadora de produtos primários como sustentáculo da saúde fiscal do Estado e superávits comerciais. Além disso, com o aumento das importações vindas da China, insumos para indústria local que antes eram produzidos em território nacional, agora são importados da China, criando mais uma dependência com efeito estrutural e bem relatado durante a primeira seção deste trabalho.

Almeida, Pires e Leite (2022), ao analisarem o impacto das relações bilaterais no processo de desindustrialização brasileira, afirmam:

Do ponto de vista estrutural, isto significa que, para além da via financeira, o Brasil aumenta sua vulnerabilidade externa. Do ponto de vista conjuntural, isto significa que, quando a economia brasileira iniciar a fase de reanimação cíclica, os benefícios do efeito multiplicador da produção irão “vazar” para fora do país, pelo caso trabalhado aqui, parcela terá como destino a China (Almeida; Pires; Leite, 2022, p.122).

Desta forma, como ressalta Furtado (1981), a superação do caráter periférico dentro do sistema capitalista não virá de maneira “natural” através dos investimentos, uma vez que seus interesses são os de maximizar ganhos. A condição de subdesenvolvimento é em si uma condição histórica e não uma etapa para o desenvolvimento. Cabe ao Estado brasileiro e setores produtivos nacionais a criação de mecanismos para formulação de planejamento econômico que busque fortalecer a produção tecnológica e indústria local, além de descentralizá-la, pois, como foi antes comentado, ainda há uma forte concentração no eixo centro-sul.

4. OS DESAFIOS E LIMITES NAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A CHINA E O NORDESTE BRASILEIRO

Dada a estrutura dependente já caracterizada na primeira seção deste trabalho, o Nordeste configura-se economicamente para atender os interesses mercantis da metrópole europeia através do suprimento de produtos primários. Essa estrutura pouco ou quase nada se alterou com o curso da história.

Dito isso, há evidentemente modificações relevantes a considerar. O que ressalta analiticamente é a retomada do protagonismo da região na exportação de produtos primários. E, claro, esta retomada de protagonismo tem a ver com a ampliação das relações comerciais e de investimentos com a China.

O fluxo da balança comercial nordestina teve um período de déficit entre 1996 e 2003, a partir do qual houve inflexão para superávit com as exportações destinadas à China. O impulso principal aconteceu entre 2003 e 2005, quando houve um acréscimo de 30% a.a. nessas exportações com destino ao gigante asiático (Melo, 2013, p.460).

Dentre os nove estados do nordeste, aquele com maior impulso foi o estado da Bahia, devido ao seu perfil agroexportador, de minerais e desenvolvimento de produtos químicos produzidos no Polo Petroquímico de Camaçari (Val, 2014). O estado é o que mais aumentou as exportações para a China, principalmente na primeira década do presente século. A variação das exportações saltou de 2 para 13% do total das exportações da região. (Ibid., 2013, p.467). Ademais, é possível verificar uma concentração das exportações na Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco. (Tabela 2)

Tabela 2 - Participação dos estados nas exportações nordestinas entre 2000-2016 (%)

Nordeste	2000	2016	(2016-2000)
Alagoas	5,6	3,3	-2,3
Bahia	48,3	52,9	4,6
Ceará	12,3	10,1	-2,2
Maranhão	18,8	17,2	-1,6
Paraíba	1,9	0,9	-1,0
Pernambuco	7,1	11,1	4,0
Piauí	1,6	1,4	-0,2
Rio Grande do Norte	3,7	2,2	-1,5
Sergipe	0,7	0,9	0,2

Fonte: Elaborado por Azevedo (2018, p. 27)

O total das exportações da região cresceu de US\$4.3 bilhões, em 2000, para US\$18.85 bilhões, em 2011 (Val, 2014, p.38). A autora ressalta que a expansão se deu fundamentalmente por produtos de baixo valor agregado.

Da mesma forma que as exportações, as importações da China para o Brasil também aumentaram, principalmente localizadas nos estados com maior diversidade produtiva: Bahia, Ceará e Pernambuco (Melo, 2013). (Tabela 3)

Tabela 3 - Participação dos estados nordestinos nas importações regionais entre 2000-2016 (%)

Nordeste	2000	2016	(2016-2000)
Alagoas	1,4	3,5	2,1
Bahia	46,9	35,1	-11,8
Ceará	15,0	19,9	4,9
Maranhão	10,2	12,0	1,8
Paraíba	3,1	1,8	-1,3
Pernambuco	19,6	25,4	5,8
Piauí	0,3	0,5	0,2
Rio Grande do Norte	1,5	1,1	-0,4
Sergipe	2,0	0,8	-1,2

Fonte: Elaborado por Azevedo (2018, p. 27)

O aumento no nível das importações nordestinas manteve a balança deficitária com vários países, em especial a partir da crise de 2008, período no qual os parceiros econômicos tradicionais do Nordeste e do Brasil diminuíram a demanda por produtos brasileiros. Em contraste, o comércio com a China foi o que mais gerou saldo positivo, recuperando-se mais rápido em relação aos Estados Unidos, que são o segundo maior destino das exportações nordestinas. Isto pode ser verificado na Tabela 4.

Tabela 4 - Fluxos de exportação, importação e saldo comercial entre nordeste e países selecionados no período de 2008-2017 (US\$ milhões)

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Exportação	15.452	11.616	15.868	18.830	18.773	17.270	15.914	14.655	12.814	16.761
China	1.138	1.361	1.784	1.970	2.059	2.255	2.529	3.476	1.870	3.252
Canadá	162	160	267	391	498	465	546	489	583	905
Países Baixos	1.851	935	979	1.258	2.035	1.761	1.420	1.018	983	1.069
Argentina	1.430	967	1.526	1.931	1.342	1.832	1.224	1.100	1.448	1.994
Bélgica	349	234	296	389	332	248	239	262	295	384
México	502	255	349	275	305	394	357	250	242	561
Peru	61	41	69	81	77	84	62	64	111	144
Chile	149	93	89	119	160	117	130	137	170	211
Argélia	25	6	44	97	43	42	29	48	15	23
Estados Unidos	3.154	1.962	2.435	2.681	2.449	1.995	2.096	1.846	2.107	2.460
Demais Países	6.629	5.600	8.029	9.639	9.474	8.078	7.280	5.965	4.990	5.759
Importação	15.526	10.796	17.579	24.156	26.007	27.740	28.724	21.427	17.540	19.420
China	1.351	1.022	1.722	1.995	2.926	2.920	2.800	2.228	1.929	2.015
Canadá	227	172	304	389	392	391	308	239	126	180
Países Baixos	276	88	277	836	1.700	891	1.720	1.049	680	686
Argentina	1.570	1.319	1.905	2.318	2.259	2.357	1.890	1.759	1.690	1.741
Bélgica	198	122	113	156	322	193	142	157	136	150
México	662	557	637	927	1.129	1.041	989	801	589	867
Peru	34	37	37	120	76	300	217	280	373	476
Chile	879	697	1.051	1.101	780	1.261	1.040	1.083	501	588
Argélia	563	495	839	901	814	873	1.226	971	709	1.074
Estados Unidos	2.154	1.206	2.921	4.814	4.689	6.371	7.566	3.518	3.239	4.696
Demais Países	7.612	5.081	7.774	10.599	10.918	11.142	10.824	9.343	7.568	6.947
Saldo	-75	821	-1.711	-5.325	-7.233	-10.470	-12.810	-6.772	-4.726	-2.659
China	-213	339	63	-25	-867	-665	-271	1.248	-59	1.237
Canadá	-64	-12	-37	2	106	74	239	250	456	725
Países Baixos	1.575	848	702	421	335	870	-301	-31	302	383
Argentina	-140	-352	-379	-386	-917	-525	-666	-658	-242	253
Bélgica	151	112	183	233	9	55	97	105	159	234
México	-160	-302	-287	-653	-825	-648	-632	-551	-347	-307
Peru	27	4	31	-40	1	-216	-155	-216	-261	-332
Chile	-730	-603	-962	-982	-620	-1.144	-910	-946	-331	-377
Argélia	-538	-488	-795	-804	-771	-831	-1.197	-923	-694	-1.051
Estados Unidos	1.000	757	-486	-2.132	-2.240	-4.376	-5.470	-1.672	-1.132	-2.235
Demais Países	-983	519	255	-960	-1.444	-3.064	-3.543	-3.378	-2.578	-1.188

Fonte: Elaborado por Freire e Barroso (2018) com base em dados da FUNCEXDATA

Nesta mesma Tabela 4, pode-se observar que em 2015 e 2017, a China se manteve bem à frente de outros parceiros brasileiros como geradora de saldo comercial. Entretanto, é preciso ressaltar que no levantamento feito por Freire e Barroso (2018) é perceptível que a queda das exportações nordestinas para os Estados Unidos e para a Argentina representam a diminuição de um mercado consumidor de produtos com maior valor agregado. Enquanto, neste período abordado, apenas a soja concentrou 50% das exportações nordestinas para a China, a Pasta Química de madeira representou 29.3%. Para os Estados Unidos, que reduziu seu consumo em 22% desde 2008, foi destino de 26,9% da Metalurgia e 23,7% dos produtos químicos produzidos no Nordeste. Já a Argentina, que voltou a ter saldo comercial positivo em 2017, foi destino de 53,8% dos veículos automotores, reboques e carrocerias; metalurgia 12,9% e produtos químicos 10% (Freire; Barroso, 2018, p.18-20).

A concentração da pauta exportadora nordestina em produtos primários acabou por reduzir o papel da indústria presente na região, ainda que em menor grau do que as regiões sul e sudeste. Este apontamento é feito por Melo (2013):

A característica das trocas quanto ao grau de concentração das pautas de compra e venda e quanto ao perfil do intercâmbio comercial, intersetorial ou intrasetorial pode revelar se a região está dependente do comércio de poucos setores, portanto, vulnerável às oscilações do mercado internacional, assim como se a região está adquirindo produtos que concorrem diretamente com aqueles produzidos internamente o que, por conseguinte, pode prejudicar a produção interna e o comércio exterior regional (Ibid., 2013, p. 453).

Por outro lado, estudos realizados por Diniz e Mendes (2021, p.24) apontam que apesar da concentração exportadora nesses produtos, houve considerável melhoria na ampliação do emprego industrial nordestino. Este incremento do emprego industrial foi mais forte nos estados da Bahia, pela atração das fábricas da Ford; no Ceará, com a construção da Siderúrgica do Pecém; e em Pernambuco, com as fábricas da Fiat, a refinaria de Abreu e Lima, dentre outras multinacionais que não estão ligadas aos investimentos chineses.

Tabela 5 - Participação das regiões por exportação de produtos industrializados (%)

UF	2000	2010	2018
Norte	5,48	4,44	4,18
Pará	3,38	3,28	3,10
Nordeste	8,03	10,57	10,63
Maranhão	1,65	0,92	2,20
Bahia	4,05	6,66	5,65
Sudeste	63,53	63,12	61,19
Minas Gerais	9,59	11,36	10,11
Espírito Santo	4,45	3,66	4,40
Rio de Janeiro	3,58	4,21	7,55
São Paulo	45,91	43,88	39,13
Sul	22,09	19,47	20,01
Centro-Oeste	0,88	2,40	3,98
Mato Grosso do Sul	0,12	0,93	1,70
Goiás	0,35	0,76	1,65
Brasil ¹	39.965,2	105.415,6	113.480,7

Fonte: Elaborado por Diniz e Mendes (2021, p. 23) com base em dados do Comex Stat Nota:

¹ Valor total em US\$ milhões - FOB

É possível observar na Tabela 5 que houve uma tímida melhoria nas exportações nordestinas com relação a produtos industrializados. Ao mesmo tempo, é inegável a concentração existente no centro-sul do país.

Com relação aos interesses comerciais, é perceptível que a China tem foco na produção primária brasileira e nordestina. Este foco tende a reforçar o caráter dependente da região, assim como do país. Em paralelo ao comércio, os investimentos chineses na região nordestina ganham destaque para o setor energético, fazendo com que a região se torne referência nacional na produção eólica e solar, aproveitando as condições climáticas favoráveis de toda a sua costa. A concentração no setor energético se consolidou a partir da segunda década dos anos 2000.

A primeira década do estreitamento nas relações Brasil-China acarretou num importante fluxo de investimentos chineses para a região nordeste. Assim como na corrente de comércio, os investimentos estavam fortemente concentrados na atividade primário-exportadora tradicional, e nos estados da Bahia e do Maranhão. De acordo com levantamento feito pela Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI, 2011, p.5), a região nordeste recebeu aportes de investimentos,

entre 2003-2011, fundamentalmente nos setores de Metais (75.92%) e de Alimentação e Fumo (14.52%).

Tabela 6 - Investimentos chineses por regiões (2003-2011)

Região	Valor (US\$)	Part.(%)
Sudeste	24.866.400.000	67,1
Sudeste/Nordeste	2.600.000.000	7,0
Sudeste/Centro-Oeste	1.726.000.000	4,7
Norte	2.283.890.192	6,2
Nordeste	2.066.766.471	5,6
Sul	195.511.429	0,5
Não especificada	3.321.241.860	9,0
Total	37.059.809.951	100,0

Fonte: RENAI (2011)

Portanto, a concentração regional é um reflexo tanto das características produtivas internas do país quanto da produção de petróleo, gás e metalurgia localizada no Sudeste. Segundo o mesmo estudo, apenas o Rio de Janeiro recebeu 20% da participação total da região sudeste em setores principalmente ligados à produção petrolífera.

Araújo (2012, p.39) aponta que o fluxo de investimentos chineses no exterior, que começam a aumentar na virada do século, só ganham maior volume em 2007, e dobram a partir de 2010. Os estoques destes investimentos eram de US\$29.9 bilhões, em 2002; US\$90.6 bilhões, em 2006; US\$184 bilhões em 2008; e US\$317,2 bilhões em 2010. Segundo o autor, neste período, a América Latina foi a segunda região do globo que mais recebeu Investimentos Estrangeiros Diretos, atrás apenas da Ásia.

Para Neris (2021), os investimentos chineses na produção de energia limpa estão vinculados a políticas daquele país que visam reduzir o uso do carvão como principal fonte energética. Há pressões internacionais relevantes neste sentido. Assim, o interesse primordial chinês é construir uma cadeia de produção energética que vise a exportação do seu próprio mercado, buscando segurança energética.

A ascensão do setor energético para atração de investimentos chineses no Nordeste alcançou nível histórico no ano de 2019, quando a região foi a maior receptora de projetos de investimentos chineses. Enquanto a região atraiu 34% naquele ano, o Sudeste atraiu 27% (Cariello, 2021, p.43). Apesar de atípico, o ano de

2019 representou maior estreitamento nas relações dos nove estados com o gigante asiático, pois sete governadores ou vice-governadores desses estados enviaram delegações oficiais à China, buscando ampliar a atração de investimento em infraestrutura, setor energético, dentre outros.

Ainda em 2019, a estatal China General Nuclear Power (CGN) adquiriu as duas maiores usinas de energia renovável do país - Nova Olinda, no Piauí, e Lapa, na Bahia -, que pertenciam à empresa italiana Enel (Nunes; Ungaretti; Di Marco; Mendonça, 2023).

Para Neris (2021), o ano de 2019 foi decisivo no avanço dos investimentos chineses no setor energético nordestino e apresenta boas expectativas para o futuro. O interesse chinês na produção de energias alternativas (solar e eólica, em especial) faz parte da onda de investimentos diretos que vem ocorrendo na América Latina nos últimos anos, com tendência a se expandir. O nordeste brasileiro, surge como uma região propícia e atraente para estes investimentos.

“O acumulado de IED de empresas chinesas em energias alternativas triplicou desde o final de 2018, subindo de US\$ 960 milhões para US\$ 3,8 bilhões, registrados ao final de 2022. Desse total, é importante sublinhar que 55% ocorreram na modalidade de IED greenfield.” (Nunes; Ungaretti; Di Marco; Mendonça, 2023 p.47)

O tipo de investimento *greenfield* são os mais produtivos, pois estão vinculados à construção de infraestrutura nova e com maior potencial de gerar empregos. Movimento distinto do que ocorre com os investimentos de aquisição, que estão vinculadas à compra de infraestrutura já estabelecida.

Outro investimento importante foi informado em 2020, quando a empresa chinesa Mingyan anunciou que alocaria um investimento de cerca de 300 milhões de reais na construção de aerogeradores no estado do Ceará. Da mesma forma, investimentos privados chineses alcançaram o estado de Sergipe, com a instalação do Parque Eólico Barra dos Coqueiros em 2013 (Silva, 2021).

Com base nas informações até aqui apresentadas, é possível afirmar um novo fôlego econômico para a região nordeste, ainda que limitado por suas condicionantes estruturais. Limitação essa que é visível ao observarmos que mesmo com a melhora no comércio exterior e atração de investimentos volumosos, a região permanece

variando entre 12% e 14% na composição nacional do PIB (Filho; Penna; Vieira, 2021).

Por fim, vale dizer que a expansão do comércio bilateral com a China reforça a disparidade regional interna. No que tange aos investimentos, há uma inflexão importante a ser percebida com relação ao setor energético, já que este apresenta maior capacidade de geração de empregos do que os setores tradicionais nordestinos, como, por exemplo, a criação extensiva de gado, soja, cana-de-açúcar, dentre outros.

5. CONCLUSÃO

Durante muitas décadas a região nordeste foi vista como uma região destinada à pobreza por suas características climáticas e de formação socioeconômica. A marginalização desta região agravou a situação de dependência econômica que já sofria desde seu primeiro ciclo econômico. A partir do processo de transição ao capitalismo e a constituição do eixo dinâmico da economia brasileira no Sudeste, houve caracterização de uma dependência interna, que se reproduz estruturalmente.

A questão tratada na dissertação é verificar se a aproximação do Brasil com a China, em termos econômicos e particularmente comerciais, tem potencial de mitigar a condição histórica de dependência do Nordeste em relação ao eixo dinâmico da economia brasileira. A resposta que se alcançou dentro das limitações expostas na introdução deste trabalho é que sim, embora não se possa afirmar que a mitigação da dependência seja estrutural.

A ênfase da pesquisa desta dissertação esteve em analisar as mudanças nos fluxos comerciais e de investimentos externos chineses na sua relação bilateral com o Brasil. Dados os interesses estratégicos chineses, tanto os fluxos comerciais, como os de investimentos estão focados em fontes de energia que apresentam significativo potencial no Nordeste. Em princípio, esta avaliação é suficiente para mostrar efeitos positivos relativos na região, embora não sejam definitivos por exigirem maior detalhamento dos dados.

O detalhamento de dados exigiria pesquisa de campo para avaliar a natureza dos investimentos chineses, inclusive se foram, ou são, de expansão da produção, ou apenas de troca de controle de empresas. Esta informação é fundamental para uma avaliação do potencial que esses investimentos apresentam de alavancar a demanda interna da região, que eventualmente poderia significar um impulso para exportações mais diversificadas, mesmo que sejam de produtos primários.

Por fim, os dados parecem indicar potencial de favorecimento da região, mas é razoável admitir que dificilmente há vislumbre de vencimento das condições históricas de dependência, nos termos de Furtado. Para isto, seria necessário um impulso inovativo compatível com a cultural regional, o que parece improvável.

No início deste trabalho, tratamos da dependência exportadora nordestina do consumo da região sudeste, agora podemos tratar da dependência exportadora nordestina do consumo chinês de *commodities*. Assim, há uma melhoria comercial da

região, porém a forte concentração em produtos primários na pauta exportadora ainda é a mesma.

Com relação aos investimentos, a região nordeste possui diferenças importantes no que diz respeito aos setores que absorvem os investimentos chineses a partir de 2010. Há forte concentração na produção energética, eólica e solar, que pode representar uma melhoria para a diversificação produtiva da região. É evidente que há uma determinação política relevante. É necessário a atuação conjunta dos estados da região, do Governo central, do setor privado, que venham a influenciar, através da política pública, a natureza dos fluxos comercial e de investimentos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N. Notas sobre as Implicações da natureza do processo de transição ao capitalismo no Brasil para a reprodução da condição de dependência. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, v. 59, p. 136, 2021.

ALMEIDA FILHO, N.; Ávila, Matheus F. F. O DEBATE DA ESTAGNAÇÃO E PERSPECTIVAS DE UM PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. v. 61, p. 115, 2023.

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; PIRES, Pedro Henrique Alves Feitoza; LEITE, Alexandre César Cunha. RELAÇÕES COMERCIAIS COM A CHINA E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 2000 E 2014: UM ESTUDO BASEADO NA ANÁLISE INTER-REGIONAL DO INSUMO-PRODUTO. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, [s. l.], n. 63, p. 94/126, 2022. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/807>. Acesso em: 19 jan. 2024.

AMARAL FILHO, Jair do; PENNA, Christiano Modesto; VIEIRA, Francisco Halysson. Análise do desempenho econômico do Nordeste brasileiro, no período 1985- 2014, à luz da história das políticas públicas: (histórias, teorias, instituições, políticas e cálculos). Fortaleza: {S.l.}, 2021. p.228.

ARAÚJO, Carlos Antônio Lopes de. **O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO CHINÊS NO BRASIL E OS DETERMINANTES PARA A ESCOLHA DE SETORES PELAS EMPRESAS INVESTIDORAS. 2012.** 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado

Profissional em Desenvolvimento e Comércio Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

AZEVEDO, Fernanda Bechuate de Souza. **EXPORTAÇÕES E ATIVIDADE ECONÔMICA DAS REGIÕES BRASILEIRAS**. 2018. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

CARIELLO, Tulio. Investimentos chineses no Brasil: Histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2021.
Celso Furtado.

Comex Stat. **Resultados do Comércio Exterior Brasileiro - Dados Consolidados**. 2024. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html. Acesso em: 28 mar. 2024.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe, 2023. Resumo executivo (LC/PUB.2023/20), Santiago, 2023.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Nova Economia, Belo Horizonte, p. 227-249, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-63512009000200001>

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E IMPACTO REGIONAL: o novo mapa da indústria brasileira 1. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.

DINIZ, Clélio Campolina; MENDES, Philipe Scherrer. TD 2640 - Tendências Regionais da Indústria Brasileira no Século XXI. Texto Para Discussão, [S.L.], p. 1-45, 12 abr. 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/td2640>.

FILHO, Jair do Amaral; PENNA, Christiano Modesto; VIEIRA, Francisco Halysson. Análise do desempenho econômico do Nordeste brasileiro, no período 1985- 2014, à luz da história das políticas públicas: (histórias, teorias, instituições, políticas e cálculos). Fortaleza: Editora da Ufc, 2021. p. 228.

FREIRE, Laura Lúcia Ramos; BARROSO, Liliane Cordeiro. Evolução e perfil da balança comercial do Nordeste. **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste**, {S.I.}, v. 4, n. 3, p. 1-48, dez. 2018. Anual.

FURTADO, Celso. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, {S.I.}, v. 1, n. 1, p. 41-49, mar. 1981.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p.

FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Editora

IBGE. **Panorama Censo Demográfico 2022.** Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 28 mar. 2024.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 3ed. 1968.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **Comércio Exterior da Região Nordeste na Esteira do “Efeito China”.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 453-474, abr. 2013. Trimestral. <https://doi.org/10.61673/ren.2013.74>

NERIS, Isabela da Silva. **DIPLOMACIA CHINESA E A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO EM ENERGIA RENOVÁVEL NO BRASIL:** o caso da região nordeste. 2021. 48 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

NUNES, Ticiana Gabrielle Amaral; UNGARETTI, Carlos Renato; DI MARCO, Giulia Mariana Rodrigues; MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de. Os financiamentos chineses em energias renováveis na América Latina e os desafios das mudanças climáticas. Brasília, DF: Ipea, nov. 2023. 70 p.: il. (Texto para Discussão, n. 2943). <https://doi.org/10.38116/td2943-port>

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 364 p. 26 v.

Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (org.). **Anúncios de Investimentos Chineses no Brasil (2003-2011).** 2011. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1307386887.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

VAL, Elinne Natasha Carvalho Sousa. **COMÉRCIO INTERNACIONAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:** estudo dos casos dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, no período de janeiro de 2010 a junho de 2014. 2014. 86 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.